

CONCLUSÃO: PERSCRUTANDO O HORIZONTE

Penso como era o avião no início da Primeira Guerra Mundial: ao princípio, não tinha armas e estava limitado a um punhado de países. [...] Depois, foi equipado com armas e encontrava-se em todo o lado. É nesse caminho que estamos.

PETER SINGER¹

Perscrutando o horizonte do tempo, podemos facilmente imaginar dois futuros diferentes. Num cenário, num futuro distópico, utilizam-se drones para matar qualquer pessoa, desde rebeldes até criminosos e dissidentes. Neste futuro, os drones americanos eliminam rebeldes, líderes de cartéis da droga e pessoas que pirateiam contas bancárias de empresas no Mali, na República Centro-Africana, na Venezuela, na Colômbia, nas Filipinas, no Iémen e na Somália. Os Estados Unidos recorrem também a uma frota de aeronaves não tripuladas para patrulhar a sua fronteira com o México. O Congresso, preocupado com a possibilidade de os drones matarem pessoas no interior dos Estados

Unidos, começa por exigir que estes aparelhos só possam ser utilizados para vigilância. Mas, quando homens mexicanos indocumentados, ligados a um cartel da droga, matam um casal e os seus dois filhos no Arizona, a Casa Branca adquire o direito de equipar drones com «armas não letais», designadamente *tasers*, granadas de gás lacrimogéneo e espingardas com balas de borracha. Com o tempo, as regras para o emprego destas armas foram-se tornando mais flexíveis, e adultos e crianças que atravessam a fronteira clandestinamente são mortos quando os *tasers* provocam ataques cardíacos e as balas de borracha perfuram as órbitas dos olhos.

Neste futuro distópico, outros países também utilizam as suas próprias frotas de drones.² A Rússia, seguindo regras menos rígidas, recorre a drones para caçar e matar nacionalistas chechenos e ucranianos. Israel continua a utilizar estes aparelhos para matar líderes do Hamas em Gaza. A China usa-os contra a rebelião uigur que fervilha há mais de uma década e começa a empregá-los para eliminar líderes tibetanos a quem acusa de conspiração terrorista. Outros países, inclusivamente de nível médio, alugam capacidade de satélite à China e a companhias privadas nos Estados Unidos para poderem utilizar os drones de que dispõem. A Nigéria possui dois drones que utiliza contra os separatistas muçulmanos no Norte do país, a Turquia emprega este tipo de veículos contra uma renascida rebelião curda, o Paquistão utiliza os seus próprios aparelhos contra separatistas no Vaziristão,³ e peritos em segurança internacional temem que os drones da Índia que patrulham a fronteira com o Paquistão se possam

transformar num rastilho para uma nova guerra entre os dois países.

Numa outra faceta deste futuro distópico, os EUA desenvolvem uma nova geração de microdrones assassinos *kamikaze* (KAM). Estes pequenos aparelhos são facilmente confundidos com grandes insectos e utilizam *software* de reconhecimento facial para identificar os indivíduos-alvo e matá-los. Alguns KAM fazem-no explodindo na cara da vítima e outros, equipados com lâminas afiadas, cravam-se a alta velocidade no pescoço da vítima, cortando-lhe uma artéria.⁴ Os primeiros KAM transmitem fotografias para os controladores no Norte da Virgínia que confirmam que a vítima tem correspondência numa base de dados facial e depois aprovam o ataque. Porém, ao fim de alguns meses, o director da CIA convence o presidente de que o *software* de reconhecimento facial automático tem uma taxa de falsos positivos muito baixa (alguns anos depois, um artigo de investigação no *The New York Times* lança dúvidas sobre esta afirmação). Os KAM tornam-se completamente autónomos depois de um homem que executa um atentado à bomba contra um consulado americano conseguir fugir quando um contratado na Virgínia do Norte, distraído com um jogo de vídeo *online*, leva demasiado tempo para aprovar a correspondência facial. Dado que a proibição de assassinatos, estabelecida pela presidência de Gerald Ford, havia sido abandonada anos antes, a CIA persuade também o presidente de que, embora o assassinio seja pouco apreciado, é melhor matar líderes individuais em países estrangeiros do que começar guerras em que morrerão muito mais pessoas. A CIA está surpreendida

com a velocidade com que os cartéis da droga mexicanos obtêm os seus próprios microdrones assassinos, pois a agência pensava que a tecnologia era demasiado sofisticada para eles.

Neste cenário, os drones também se tornam uma importante tecnologia para os departamentos policiais. Ao contrário do que acontecia no passado, em que os agentes da polícia percorriam as ruas a pé, de bicicleta ou de carro, conhecendo os moradores, agora encontram-se cada vez mais sentados em caravanas sem janelas a examinar imagens obtidas do céu, à procura de criminosos. Por norma, os drones da polícia não têm armas, mas já houve exceções no caso dos tumultos urbanos em Baltimore e Cleveland. Embora a União Americana para as Liberdades Cívicas e outros grupos de direitos cívicos se tenham queixado de que os drones violam a Quinta Emenda, em particular quando utilizam câmaras de infravermelhos para olhar para o interior de casas e apartamentos, os tribunais rejeitaram os seus argumentos em virtude das preocupações do público com o terrorismo e os crimes de gangues.

O medo do terrorismo também não deixa de ter a sua razão de ser: uma série de grupos, desde milícias de extrema-direita antigovernamentais até células islamitas, adquirem aparelhos não tripulados rudimentares. Um grupo islamita compra *online* um drone por quinhentos dólares, comanda-o para o fazer colidir com um 737 e abate o avião na descolagem.⁵ O grupo emite a seguinte declaração: «Os infiéis que mataram as nossas mulheres e os nossos filhos a partir do ar morreram agora no ar, às mãos da sua própria tecnologia

cobarde. Mais ataques se seguirão.» Entretanto, um grupo autodenominado Brigada McVeigh equipa vários drones com explosivos e lança-os contra um centro comercial, matando quarenta e três pessoas, incluindo doze adolescentes. E diversos indivíduos improvisam drones armados atando pistolas a drones recreativos disponíveis no mercado e utilizam-nos para matar a mulher, os vizinhos e os colegas de trabalho.⁶ Aquilo que os tiroteios em massa costumavam fazer cara-a-cara está agora a começar a ser feito por drone.

Num segundo cenário, alternativo, para o futuro, a utilização do drone é mais regulada e benigna. A tecnologia deste tipo de veículos aéreos tem muitos usos benéficos (entre os quais a possibilidade de expedição mais rápida pela Amazon é dos mais noticiados mas o menos importante). No momento em que escrevo, já se utilizam drones para detectar caçadores furtivos em África, mapear danos ambientais, guiar bombeiros nas florestas nacionais, monitorizar o sítio do acidente de Fukushima sem expor seres humanos à radiação, procurar caminhantes perdidos na natureza, substituir as pessoas no perigoso trabalho de inspeccionar linhas de alta tensão, etc. Assim, o cenário alternativo para o futuro é um cenário em que os drones existem, a sua actividade é regulada por leis internacionais e nacionais, e as suas aplicações civis superam as militares. Nesta outra versão do futuro, os drones fazem parte do arsenal de guerra, a par dos helicópteros de ataque e dos aviões tripulados, em zonas de guerra formalmente reconhecidas, mas a sua utilização para assassínios selectivos fora das zonas de guerra formais é estritamente proibida – tal como seria proibido, por

exemplo, a Venezuela usar um carro-bomba para eliminar um líder da oposição em Washington, mesmo que o carro-bomba não matasse ninguém além do alvo visado e mesmo que houvesse razões para acreditar que o alvo fora responsável pela morte de civis venezuelanos no passado. Nesta versão do futuro, um tratado internacional exige que um ser humano esteja envolvido no processo de decisão de matar alguém, não deixando para as máquinas uma decisão automatizada.⁷ O mesmo tratado exige que todas as captações de imagens de vídeo e discussões conducentes a ataques com drones sejam arquivadas de modo a que possam ser revistas por um tribunal internacional para determinar se há provas de negligência ou culpabilidade criminosas no caso de o ataque matar civis.

Neste futuro alternativo, o Congresso responde às preocupações de que a vigilância com drones corrói o direito fundamental à privacidade limitando a permissão do uso destas aeronaves no interior dos Estados Unidos às agências responsáveis pela aplicação da legislação nacional. Os drones que voam nos Estados Unidos não podem ter armas, a sua vigilância está restringida aos espaços públicos e as imagens de vídeo que recolhem têm de ser apagadas no espaço de vinte e quatro horas, salvo derrogação concedida por um juiz. O Congresso aprova uma lei contra a «perseguição por drone» e os «drones espões», tornando ilegal que cidadãos (incluindo esposas desconfiadas) persigam ou espiem pessoas utilizando este tipo de veículos.⁸

Neste segundo cenário, os drones comerciais são regulados de modo a não interferirem com as operações das linhas aéreas comerciais. Operadores de drones

comerciais e amadores têm de fazer exames de condução, há fortes penalizações para quem comande um aparelho em estado de embriaguez e todos os aparelhos têm um chip e estão registados numa base de dados nacional para assegurar a determinação de responsabilidades em caso de acidente. Os drones de amadores são igualmente equipados com chipes que os impedem de voar acima de uma certa altitude, e a *geofencing* protege espaços sensíveis (estádios desportivos e os jardins da Casa Branca, por exemplo) da sua intrusão.

A maioria das pessoas considerará o segundo cenário para o futuro mais atraente do que o primeiro. Mas este é também o menos provável dos dois. O primeiro cenário, distópico, pressupõe que a tecnologia do drone (como outras tecnologias militares) será adoptada por outros países e mesmo por actores não estatais, como terroristas e cartéis da droga, e que os cientistas produzirão iterações da tecnologia que tornarão estes aparelhos mais pequenos, mais mortíferos e mais baratos. Presume também que as regras para o seu emprego ficarão mais flexíveis (através de um processo de derrapagem análogo ao documentado no capítulo 4 deste livro) de tal modo que este será cada vez mais permissivo (contudo, o capítulo 4 mostra também que o processo de derrapagem no caso dos ataques com drones dos EUA contra o Paquistão acabou por ser invertido, pelo que dispomos de dados empíricos que provam que é possível tornar mais apertada a sua utilização).

Assim, a questão é a seguinte: como controlar esta nova tecnologia? Como conter as armas dos drones? Alguns activistas sugeriram que os drones militares podem ser proibidos da mesma maneira que o foram